

Protocolo entre as duas instituições visa responder aos novos desafios da investigação criminal

Politécnico de Leiria e Polícia Judiciária reforçam cooperação na formação e apoio técnico em Informática de Segurança e Computação Forense

O presidente do Politécnico de Leiria, Rui Pedrosa, e o diretor nacional da Polícia Judiciária (PJ), Luís Neves, celebraram um protocolo de cooperação nas áreas periciais de Informática de Segurança e Computação Forense, nos domínios da formação, apoio técnico e cedência mútua de equipamentos de cariz tecnológico. O protocolo foi assinado no dia 14 de fevereiro, no auditório 1 do Edifício-Sede da Polícia Judiciária, em Lisboa, e visa responder aos novos desafios da investigação criminal e da informática forense.

«A celebração deste protocolo com a Polícia Judiciária, um parceiro importante para o Politécnico de Leiria e com o qual temos mantido uma estreita relação há vários anos, quer na formação, quer em projetos e serviços específicos, é mais um marco importante na valorização e reconhecimento da capacidade de formação e de investigação da nossa instituição, nomeadamente nas áreas da Tecnologia de Informação e Comunicação, da Cibersegurança e da Informática Forense. Este protocolo permite o aproveitamento recíproco das potencialidades humanas e logísticas do Politécnico de Leiria e da Polícia Judiciária, mediante a articulação de competências, interesses estratégicos de ambas as instituições», afirma Rui Pedrosa, presidente do Politécnico de Leiria.

No âmbito deste protocolo, o Politécnico de Leiria compromete-se a colaborar com a Polícia Judiciária na realização de perícias em domínios nos quais a mesma não tenha competências ou conhecimento adequado, a facultar acesso às suas instalações com vista à realização de atividades no âmbito da formação, da investigação criminal e da atividade forense, e a ministrar ações de formação constantes do seu catálogo formativo ou desenvolver formações à medida destinadas a trabalhadores da PJ em áreas relacionadas com a respetiva atividade.

O protocolo prevê ainda que o Politécnico de Leiria faculte aos trabalhadores da PJ acesso a outras formações do seu catálogo em condições preferenciais, com respeito da legislação aplicável, e preste consultoria na área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Por sua vez, a Polícia Judiciária compromete-se a prestar formação à medida ou integrada no catálogo formativo do Politécnico de Leiria nas seguintes áreas: Direito Penal e Processual Penal, em especial o ligado ao cibercrime; Prevenção de comportamentos de risco em ambiente ciber; Informática forense.

Mediante protocolos específicos a estabelecer para o efeito, a PJ compromete-se ainda a receber estágios profissionais ou projetos de investigação de estudantes do Politécnico de Leiria, cuja atividade se desenvolva em áreas conexas com o trabalho desenvolvido pela PJ, nomeadamente: Gestão de redes e sistemas informáticos; Telecomunicações e redes; Programação e sistemas de informação; Desenvolvimento de produtos multimédia; Cibersegurança; Informática forense. O protocolo prevê ainda que a PJ preste consultoria nas áreas da cibersegurança e informática forense, e ceda, gratuitamente e a título provisório, hardware ou software para efeitos de formação, teste e avaliação de produtos.

O Politécnico de Leiria é uma instituição pública de ensino superior com competência reconhecida nas áreas Tecnologias de Informação e Comunicação, da Cibersegurança e da Informática Forense, e experiência no desenvolvimento de ações de formação em áreas conexas com o trabalho da PJ, e na realização de perícias informáticas a pedido dos tribunais nacionais.

Em 2015, o Politécnico de Leiria lançou a primeira edição da pós-graduação em Informática de Segurança e Computação Forense, exemplificando a aposta na formação para aperfeiçoar procedimentos que ajudam a aumentar a eficácia das autoridades no combate a uma criminalidade cada vez mais sofisticada.

No mesmo ano, o Politécnico de Leiria inaugurou o Laboratório de Cibersegurança e Informática Forense (LabCIF), uma aposta que resultou da cooperação com a Procuradoria Geral da República (PGR) e com a Polícia Judiciária, para o combate ao cibercrime na componente forense. O LabCIF está sediado na Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG) do Politécnico de Leiria.

Atualmente, tem em funcionamento o mestrado em Cibersegurança e Informática Forense (MCIF), cujo objetivo passa pelo desenvolvimento de uma formação especializada nas áreas da Cibersegurança e da Computação Forense. Os formandos adquirem a capacidade de conceber e desenvolver políticas de segurança face ao combate ao crime informático, bem como a determinação de procedimentos hábeis capazes de determinar com maior rapidez possíveis atos ilícitos ou violações no uso de dados ou informação.

Também a funcionar na ESTG, foi recentemente criado o Curso Técnico Superior Profissional (TeSP) de Cibersegurança e Redes Informáticas, que visa formar profissionais com competências específicas para a realização de tarefas de planeamento, instalação, configuração, gestão e manutenção de redes e sistemas informáticos, garantindo a otimização do seu funcionamento e procedendo à implementação de mecanismos de segurança adequados, aplicando diversas metodologias que permitam a identificação e mitigação de vulnerabilidades e ameaças à cibersegurança.

Leiria, 16 de fevereiro de 2022

Para mais informações contactar:

Midlandcom – Consultores em Comunicação

Cristiana Alves * 939 234 512 * ca@midlandcom.pt

Ana Marta Carvalho * 939 234 518 * amc@midlandcom.pt